

**DA LUTA PELA TERRA AO QUESTIONAMENTO DO NEOLIBERALISMO:
CAMINHOS DAS ORGANIZAÇÕES CAMPESINAS PERUANAS (1969-1993)**

**DE LA LUCHA POR LA TIERRA AL CUESTIONAMIENTO DEL
NEOLIBERALISMO: TRAYECTORIAS DE LAS ORGANIZACIONES CAMPESINAS
PERUANAS (1969-1993)**

**FROM A STRUGGLE FOR LAND TO A QUESTIONING OF NEOLIBERALISM:
PATHS TAKEN BY PERUVIAN PEASANT ORGANIZATIONS (1969-1993)**

**DE LA LUTTE POUR LA TERRE À LA REMISE EN QUESTION DU
NÉOLIBÉRALISME : TRAJECTOIRES DES ORGANISATIONS PAYSANNES
PÉRUVIENNES (1969-1993)**

从土地斗争到质疑新自由主义：秘鲁农民组织的演变(1969-1993)

DOI: 10.5533/1984-2503-20146206

Vanderlei Vazelesk Ribeiro¹

RESUMO

Neste trabalho analisa-se a atuação de movimentos camponeses peruanos, tais como a Confederación Campesina Del Perú e a Confederación Nacional Agraria, reivindicando junto ao Estado a realização da reforma agrária e posteriormente a obtenção dos meios para tornar a terra produtiva. Inicialmente avalia-se de forma sintética o desempenho dos movimentos no pré-1969, ano em que o governo militar decretou a reforma agrária no Peru. Depois reflete-se sobre a interação entre Estado e Movimentos camponeses durante o processo reformista. Finalmente discute-se a participação dos movimentos no retorno ao modelo liberal, avaliando tanto as mobilizações para arrancar concessões junto à burocracia estatal, como a situação das organizações ante a emergência e expansão do movimento guerrilheiro Sendero Luminoso.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Movimentos camponeses; Burocracia Estatal.

¹ Professor de História da América da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). E-mail: vazelesk@uol.com.br

RESUMEN

En este trabajo, se analiza el rol de movimientos campesinos peruanos, tales como la Confederación Campesina del Perú y la Confederación Nacional Agraria, reclamando al Estado la realización de la reforma agraria y posteriormente la obtención de los medios para volver la tierra productiva. En primer lugar, se evalúa de forma sintética el desempeño de esos movimientos antes del 1969, año en que el gobierno militar decretó la reforma agraria en Perú. Luego, se reflexiona sobre la interacción entre el Estado y los Movimientos campesinos durante el proceso reformista. Finalmente, se analiza la participación de esos movimientos en el retorno al modelo liberal, evaluando tanto las movilizaciones para obtener concesiones de la burocracia estatal, como la situación de las organizaciones ante la emergencia y expansión del movimiento guerrillero Sendero Luminoso.

Palabras clave: Reforma agraria, Movimientos campesinos, Burocracia Estatal.

ABSTRACT

This work analyzes the actions of Peruvian peasant movements, such as the Peruvian Peasants' Confederation and the National Agriculture Confederation, which demanded of the state agricultural reforms and later the awarding of resources to be able to farm the land. It first briefly assesses the performance of the movement prior to 1969, the year in which the military government implemented agricultural reforms in Peru, and then reflects on the interaction between the state and peasant movements during the implementation process. Finally, it discusses the movements' participation in the return to the liberal model, evaluating both the maneuvers for wresting concessions from the state bureaucracy, as well as the organizations' stance in terms of the emergence and expansion of the *Sendero Luminoso* [Shining Path] guerilla movement.

Key words: Agricultural Reforms; Peasant Movements; State Bureaucracy.

RÉSUMÉ

Dans ce travail, on analysera les pratiques des mouvements paysans péruviens, comme la Confederación Campesina Del Perú et la Confederación Nacional Agraria, et leurs revendications auprès de l'État pour la réalisation de la réforme agraire et l'obtention ultérieure de moyens permettant de rendre les terres productives. On élaborera d'abord une synthèse du rôle joué par ces mouvements avant 1969, l'année où le gouvernement

militaire décréta la réforme agraire au Pérou. On s'intéressera ensuite à l'interaction entre l'État et les mouvements paysans durant le processus réformiste. Finalement, c'est la participation de ces mouvements dans le cadre du retour au modèle libéral que l'on analysera, en étudiant aussi bien les mobilisations pour arracher des concessions à la bureaucratie d'État que la situation des organisations face à l'émergence et à l'expansion de la guérilla du Sentier lumineux.

Mots-clés : Réforme agraire, Mouvement paysans, Bureaucratie d'État.

摘要

本论文分析了秘鲁农民联合会(Confederación Campesina Del Perú)

和国家农村联合会(Confederación Nacional

Agraria)在秘鲁农民运动中的作用，这两个组织原先曾经要求政府进行乡村土地改革，后来要求政府给农民扶持，帮助他们改良土壤。首先作者简单地总结了1969年以前的农民运动形势—

1969年秘鲁军人政府宣布实行乡村土地改革，然后分析了在军人改革政府期间国家和农民运动的互动。最后分析农民组织在政府引进自由化模式过程中的参与。评估秘鲁农民组织为争取农民权利而进行的全面发动，和它们面对游击运动组织

光辉道路(Sendero Luminoso)的壮大时做出的抉择。

Introdução

No dia 28 de julho de 2011 tomava posse de seu cargo o novo presidente do Peru Ollanta Humala. Sua eleição fora cercada de expectativa, pois o candidato não se adequava bem ao figurino neoliberal, pois declarava-se nacionalista e questionava o modelo de privatizações introduzido pela ditadura de Alberto Fugimori (1990-2001). Derrotado em 2006 por Alán García buscara durante a campanha a assessoria de marqueteiros brasileiros, que atuaram na propaganda de Lula, para forjar uma imagem mais palatável aos círculos empresariais. Entretanto seu discurso de posse causaria forte impressão nos partidários de Keiko Fugimori, filha de Alberto Fugimori, que disputou voto a voto com Humala a faixa presidencial.

Em seu discurso o presidente afirmou que governaria segundo os princípios da Constituição de 1979. Escândalo nas hostes pró-Fugimori. A deputada Marta Chávez

chegou mesmo a pedir a anulação da posse do eleito. Jurara de acordo com uma constituição “socialista” que já fora extinta pela carta de 1993, que continuava em vigor.²

Mas por que tanta reação a um discurso presidencial, que afinal não poderia significar o cumprimento da constituição abolida? Para pensarmos neste problema temos de nos remeter ao período da ditadura militar, que entre 1968 e 1975, durante o governo do general Juan Velasco Alvarado, promoveu importantíssimas alterações na estrutura sócio-econômica do país. A principal destas alterações seria a reforma agrária, efetivada a partir de uma ação militar, que apeou da condição de proprietárias as oligarquias locais.

O que discutiremos neste trabalho será a atuação de algumas organizações camponesas, que buscaram promover a reforma agrária antes e durante a experiência velasquista e como se organizariam passado o período militar. Daremos maior atenção à Confederación Campesina Del Peru (CCP), e a Confederación Nacional Agrária (CNA), abordando quando possível outras entidades, buscando compreender as composições e recomposições que estas organizações tentaram executar durante o processo de luta pela terra e posterior luta para desenvolver a produção Agrária. Será um trabalho onde daremos prioridade a instituições que buscavam ter uma atuação nacional, ainda que tenhamos consciência de que no Peru o papel de associações de corte regional seja extremamente importante dado a variedade de regiões e mesmo de línguas, que marca a estrutura social do país.

Nossas principais fontes são documentos produzidos pelas entidades como relatórios enviados aos seus congressos, resoluções tiradas nos mesmos e, sempre que possível, jornais produzidos pelas entidades como o Voz Campesina da Confederación Campesina Del Perú. Além disso, temos realizado ao longo de nossa pesquisa uma série de entrevistas com dirigentes Da Confederación Nacional Agraria e Confederación Campesina Del Perú. Este trabalho, ainda que não esteja sistematizado, nos possibilita aprofundar nossa análise a respeito do tema. Alguns destes dirigentes atuam hoje nas entidades, outros, como Hugo Blanco tiveram importante projeção nelas décadas atrás. Por isso é extremamente importante começar a trazer estas vozes para o público brasileiro, a fim de que possamos avaliar um pouco melhor o processo de reforma agrária e seus desdobramentos no país do Pacífico.

² Sobre a participação de marqueteiros brasileiros na Campanha de Humala ver: Eleições no Peru. In: *Folha de São Paulo*, 29 de maio de 2011. Quanto ao discurso de Humala e suas repercussões Cf: *Possesión del nuevo Presidente*. In: *Diário La República*, 29 de julho de 2011, p. 2,11-14.

1 - Luta pela terra antes da Reforma Agrária

Podemos afirmar que os protestos camponeses no Peru remontam pelo menos a segunda metade do século XIX, quando o presidente Castilla ao abolir a escravidão também extinguiu o tributo que os índios pagavam ao Estado para permanecerem em suas terras. Essa medida, que aparentemente liberava as populações indígenas de uma obrigação, que as oprimia, na prática abriu caminho para a conquista de suas terras por grandes proprietários, que tentaram açambarcar suas áreas sem que o Estado se interessasse em evitá-lo³. A situação se agravaria durante as primeiras décadas do século XX, face ao avanço contra as terras comunais e a intensificação da “yanaconaje”.⁴ De acordo com Mar e Mejía⁵, cerca de oitocentos protestos camponeses realizaram-se durante a década de 1920, fosse contra as duras condições de vida nas áreas açucareiras, fosse contra a expropriação das terras feita sobre os camponeses, principalmente pelos pecuaristas da serra. Salientemos ainda que no Informe produzido pelo secretário Manuel Llamoya Mitmac ao citado Congresso, onde se busca historiar as lutas camponesas do século XX, o autor recorda que em Huancané, departamento de Ayacucho chegou-se a redigir uma lei própria, mas para Mitmac, faltava ainda a “ideologia proletária”, leia-se a presença do Partido Comunista.

Datam também dos anos vinte as primeiras tentativas de organizar uma entidade de caráter “nacional”. Juan Hipólito Pevez Oliveros que criara o primeiro sindicato agrícola no departamento de Ica em 1916, tentou constituir a Federación General de Yanaconas y Campesinos Del Peru em 1922⁶. Todavia a organização não se desenvolveu face à repressão desencadeada pela ditadura de Augusto B. Leguía (1919-1930) agravando-se

³ Colombo, Silvia; Soares, Gabriela Pelegrino (1999). *Reforma Liberal e Lutas Camponesas na América Latina: Peru e México nas últimas décadas do Século XIX e Princípios do Século XX*, São Paulo: Humanitas, p. 35.

⁴ O termo remete ao período incaico quando os que não estavam enquadrados nos *hailus* (comunidades aldeãs) serviam em várias regiões. Com a conquista espanhola passa-se a chamar *yanacona* a quem vivia sob dependência dos patrões. Estas relações marcaram o Peru até o início dos anos 1960. (Mar, José Matos; Mejía, José Manuel (1980). *La Reforma Agrária em El Peru*, Lima: Instituto de Estudios Peruanos, p. 45). Ver também Informe AL III Congresso de La Confederación Campesina Del Peru 5, 6 e 7 de dezembro de 1970. In: *Voz Campesina*, março de 1972, p. 1-7.

⁵ Mar, José Matos; Mejía José Manuel (1980). *La Reforma Agrária em El Peru*, Lima: Instituto de Estudios Peruanos; CCP, 1972.

⁶ Salgado, Carlos Monge (1989a). *Agremiación em El Campo Peruano. La Historia de La Confederación Campesina*, Lima: Latino-American Studies Association; CCP, 1980.

ainda mais a situação camponesa a partir da década de 1930. A crise de 1929 contribuiu para a queda do ditador⁷, mas também ampliou o desemprego, que somado à repressão desencadeada nos governos de Sanchez Serro (1931-1933), Manuel Benavides (1933-1939) e Manuel Prado (1939-1945) tornou muito difícil a atuação, de organizações rurais. O próprio Pevez passara três anos preso na década anterior e durante os anos 1930 as tentativas de organizar regionalmente os Yanaconas seriam frustradas.

O fim da segunda guerra mundial marcou no Peru, como em tantos países da América Latina, uma “Primavera Democrática” com a ascensão de Luiz Bustamante eleito pela frente democrática em 1945. Pela Primeira vez a Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA) de Victor Raúl Haya de La Torre conseguia chegar ao poder, ainda que numa coligação. O Apra buscara desde os anos trinta implantar-se na zona açucareira. Com a legalidade sua ação se intensificava⁸ e tentava agora conquistar mais efetivamente o poder de Estado.

Neste contexto em 1947 é criada em Lima a Confederación Campesina Del Peru, a partir de uma aliança entre socialistas, apistas e comunistas.⁹

Entretanto a atuação da CCP formalizada no Congresso de novembro de 1947 teria vida efêmera. Pressionado pela atuação do Apra, que exigia reformas sociais o governo de Bustamante foi derrubado pelos militares após uma fracassada revolta de marinheiros apoiada por Haya de La Torre. Era a ditadura do general Manuel Odría, que governaria o Peru entre 1948 e 1956, tornando extremamente limitada a margem de manobra para movimentos sindicais.

A CCP ficava fora de combate e o partido comunista sofreria séria repressão. Já o Apra DE HAYA assistiria seu líder passar seis anos abrigado na embaixada da Colômbia.

Conforme Cotler¹⁰, a expansão das atividades econômicas no país durante os anos cinquenta, com a rápida urbanização levou ao questionamento da ditadura oligárquico-

⁷ Cotler, Julio (2006). *Peru: Estado, Classe e Nação*, Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, p. 157.

⁸ Burenios, Charlotte (2001). *Huando: Testemoño de um fracaso. Habla el sindicalista Zózimo Torres*, Lima: IEP, p. 151.

⁹ Salgado, Carlos Monge (1989a). Op. Cit., p. 5. As memórias produzidas por dirigentes da CCP procuraram mostrar a entidade, como distanciada da presença de outros partidos políticos. No Informe central ao III Congresso sublinha-se a presença do partido comunista, como se ela fosse única. Ver: Informe Central AL III Congreso de La CCP (1972). Op. Cit., p. 4. Numa entrevista que fiz com Jorge Prado e Lorenzo CCapa, então dirigentes da CCP, em dezesseis de julho de 2009, a presença mesmo do partido comunista na organização inicial era ocultada. Possivelmente este encobrimento deve-se ao fato de a entidade ser ainda hoje etiquetada de “partidarista” por adversários ou competidores. Numa entrevista que realizei em vinte de julho de 2011, com o senhor Marcelino Bustamante, então secretário da Confederación Nacional Agrária, ele afirmava que a CCP era excessivamente partidarista em contraposição à sua entidade

militar e em 1956 se realizariam eleições diretas para presidência. Voltava ao poder Manuel Prado e o Apra passaria a governar no modelo chamado convivência.

A restauração de liberdades Públicas possibilitou a emergência do movimento camponês. De alguma forma começou a desenvolver-se a atuação do Apra na costa e dos comunistas na Serra. Na Costa predominaram as lutas por melhoria nas condições de trabalho e na serra as lutas por “Recuperação” das terras pelas comunidades indígenas.¹¹ Analisando uma recompilação feita por Virgínia Vargas¹² observa que as lutas variavam em ritmo e intensidade no período compreendido entre 1956 e 1964. Eram demandas por terra, contra o Estado em nível local, contra o não pagamento de salários. Os partidos buscavam atuar no meio agrário, havendo uma extrema regionalização de seus espaços de ação. Em La Convención, (departamento de Cuzco) o predomínio era esquerdista na liderança de Hugo Blanco, que atraiu atenção internacional nas ocupações de terra de 1962. Em Puno o movimento era mais ativo por parte do Partido Social-Cristão, a esquerda e o Apra disputavam o controle desde áreas costeiras como Lima e Lambayeque, abarcando os trabalhadores da cana-deaçúcar até as comunidades da Serra Central ao passo que a Ação Popular do futuro presidente Fernando Belaunde Terry controlava a federação do nortenho Departamento de Piura e o PARA dominava a Federação de Cajamarca.

Toda essa movimentação levou a esquerda liderada pelo Partido comunista e o Apra a tentarem centralizar a luta em nível nacional. Daí em 1962 tanto a CCP como a Federación Nacional de Campesinos Del Peru (aprista) organizarem congressos nacionais.

Contudo nenhuma das duas conseguiu coordenar as lutas, que se desenvolveram muito mais ao nível de cada região, de cada vale, quase localmente.

Isso não significa que não houvesse esforços neste sentido. Na entrevista, que me concedeu, Bustamante lembra que em seu departamento de Encash chegava a mensagem da CCP e ele, fazendo parte do Movimento juvenil pela Reforma Agrária, buscava difundir entre os camponeses as palavras de ordem de que era necessário fazer

¹⁰ Cotler, Julio (2006). Op. Cit., p. 231.

¹¹ No Peru costuma-se chamar Recuperação as ocupações de terra, que se desenvolveram do fim dos anos cinquenta ao fim dos anos oitenta. O termo recuperação é utilizado porque se afirma que as terras pertenciam anteriormente às comunidades indígenas e foram tomadas pelos proprietários “gamonales” (chefes políticos com poder de vida e morte na região). Ver por exemplo: Rémique, José Luiz (2004). *La Batalla Por Puno: Conflicto y Nación em los Andes Peruanos*, Lima, Cepes-Sur, p. 135.

¹² Salgado, Carlos Monge (1989b). “Las Demandas de los Grêmios Campesinos em los 80”. In *Revista Debate Agrario*, Lima, Cepes, n. 5, p: 41-60, jan./mar, p. 47.

a reforma agrária. “*Eu encontrava muita resistência porque o camponês me dizia: ‘não me meto com meu patrão. Ele é o padrinho de meu filho’, mas continuávamos fazendo nossa campanha*”.¹³

Toda esta movimentação não ficaria sem a resposta combinada das oligarquias agrárias e dos setores militares. As tomadas de terras de La Convención foram respondidas com a militarização da área, bem como a prisão de Hugo Blanco além de assassinato de lideranças camponesas.¹⁴

Essa repressão ficou facilitada por um novo golpe militar. Nas eleições de 1962 o detestado Victor Raúl Haya de La Torre saiu vencedor no primeiro turno e tudo indicava, que triunfaria na segunda volta. O movimento armado, que levou ao poder o general Pérez Godoy significou impedir a vitória do quase septuagenário.

Entretanto sinais de mudança começavam a se operar dentro do aparelho castrense. O golpe não tinha para muitos oficiais apenas o sabor antissubversivo dos anos trinta e quarenta. Naquele período o discurso de Haya era visto como revolucionário. Pregava a reforma agrária, a estatização de amplos setores da economia e a unidade continental latino-americana face ao imperialismo estadunidense. No início dos anos 1960 Haya tornara-se radicalmente moderado não pregando mais as reformas. Isso contrariava outras concepções de certos setores militares. Oficiais como Edgardo Mercado Jarrín defendiam a realização de profundas mudanças na estrutura social do país. Para eles o Peru precisava industrializar-se, para poder precaver-se contra inimigos internos como os comunistas, mas também contra os externos como o histórico Chile (a guerra do Pacífico onde o país foi inapelavelmente derrotado em 1883 marcou profundamente a psicologia dos oficiais peruanos) e o emergente Brasil.¹⁵ Mas como industrializar-se sem mercado interno expressivo? A solução estava naquilo que à época os economistas cepalinos pregavam: a reforma Agrária.

Além do mais a reforma poderia servir de vacina contra a Revolução: não recrutara Fidel Castro a maior parte de seus guerrilheiros no meio agrário? Não ganhara imensa popularidade ao realizar a reforma agrária logo nos primeiros meses de seu governo? Não recomendava a Aliança para o Progresso reunida na conferência de Punta Del Leste

¹³ Entrevista concedida por Marcelino Bustamante ao autor em 20 de julho de 2011 na sede da Confederación Nacional Agrária.

¹⁵ Medrano, Eduardo Toche (2008). *Guerra Y Democracia. Los Militares Peruanos y La Construcción Nacional*, Lima: Desço-clacso, p. 148.

a realização de reformas agrárias como meio para sair do subdesenvolvimento?¹⁶. Naquele momento unido à oligarquia proprietária Haya de La Torre já não pregava a reforma Agrária e muito menos medidas de nacionalismo econômico. Simplesmente o que antes era detestado por ser revolucionário, agora era rejeitado por não ser revolucionário.¹⁷

Estes fatores explicam porque na região de La Convención o governo de Godoy buscou rapidamente legitimar as recuperações de terras feitas pelos camponeses e decretou uma reforma agrária. Preparou também as bases para uma futura Reforma Agrária, que deveria ser efetivada pelo próximo governo a ser eleito.¹⁸

Belaunde Terry eleito em 1963, sob o impacto de novas ocupações de terra, aprovou no parlamento a lei de reforma agrária 15037, que dispunha cerca de quarenta passos entre a expropriação das terras e a adjudicação aos camponeses. A Reforma seria limitada, não tocava grandes extensões açucareiras consideradas produtivas, mas abria espaço para a recuperação de terras pelas comunidades, que as tinham perdido para os latifúndios. “Para algo serviu”, me dizia Bustamante, pois agora havia um dispositivo legal, que facilitava as lutas de recuperação de terra.

Em quatro anos de reforma agrária haviam sido adjudicados cerca de quatorze mil hectares¹⁹, mas o temor de explosões sociais continuava para os setores militares.

Não foi o problema agrário, que detonou o golpe militar de 1968. O movimento camponês perdera ímpeto após 1965. Neste ano, dirigentes do Apra rebelde que haviam conformado o Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR) organizaram justamente em La Convención um movimento armado, que visava emular a experiência cubana. O movimento foi rapidamente liquidado; e mais, com ele muitas lideranças camponesas caíam na rede repressiva. Hugo Blanco afirma que os camponeses de la Convención rejeitaram a presença do MIR pelo fato de já terem conseguido suas terras muito antes da chegada dos guerrilheiros.

¹⁶ Silva, José Gomes da (1971). *A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento*, Rio de Janeiro: ZAAR, p. 154 e Pecequillo, Cristina Soriano (2003). *A Política Externa dos Estados Unidos*, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, p. 115.

¹⁷ Em minha entrevista com Marcelino Bustamante ele me afirmava: “Que disse Haya sobre a Reforma Agrária? É preciso realizar a Reforma Agrária, mas primeiro é preciso educar ao índio”. Quando se faria então a Reforma Agrária.

Entrevista realizada em 20 de julho de 2011. Op. Cit.

¹⁸ Em entrevista que tive com Hugo Blanco em 13 de abril de 2013 este me explicava: “Fizeram a reforma agrária só em La Convención. Logo nas outras províncias os camponeses começaram a questionar. Por que só em la Convención. Logo começaram as ocupações e o exército reagia à bala”. Para ele a reforma velasquista de 1969, seria exatamente a tentativa de conter os movimentos campesinos.

¹⁹ Mar, José Matos; Mejía José Manuel (1980). Op. Cit., p. 156.

Os homens do Centro de Altos Estudios Militares²⁰ acreditavam que o mal da guerrilha era epidêmico. Não adiantava combater apenas os efeitos. A reforma agrária viria associada a um outro projeto de país, com industrialização, valorização das culturas indígenas e um amplo programa de intervenção estatal na economia.

O pretexto para o golpe foi a perda da famosa Página Onze da Ata de Talara. Este documento regulava as indenizações que o Estado pagaria a International Petroleum Company e justo a última página desapareceu nas gavetas presidenciais.

Os tanques foram ao palácio de governo, retiraram de lá o presidente, que foi embarcado num avião e enviado sem escalas à Argentina.

Estava instalado o “GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DA FORÇA ARMADA”. Protestos só de apistas, que tinham a expectativa de alcançar o poder político nas eleições previstas para 1969.²¹

Seis dias depois os tanques cumpriram outra missão: expropriar a refinaria da IPC, que foi ocupada militarmente.

Medidas de caráter nacionalista, ainda que irritassem certas sensibilidades, eram relativamente toleradas pelo setor proprietário. Contudo a Reforma Agrária acabaria por vir nove meses depois: Proprietários e trabalhadores ficariam desconsertados.

2 - Reforma agrária e movimento campestino

No dia 20 de junho de 1969 protestos em Ayacucho, reivindicando o ensino secundário gratuito, terminaram com sete mortes. No dia 23 de junho realizou-se uma reunião do conselho de ministros, que duraria desde nove da manhã até cinco e meia da manhã seguinte. No dia 24 de junho, dia do índio, o rádio e a televisão do Peru anunciavam o decreto 17716, que determinava a realização da reforma agrária. Havia um limite mínimo (cinquenta hectares na costa, cento e cinquenta na serra) a partir do qual a expropriação poderia ser realizada.

²⁰ Centro de Altos Estudios Militares foi um órgão de formação política dos oficiais peruanos similar à nossa Escola Superior de Guerra. Medrano, Eduardo Toche (2008). Op. Cit., p. 123.

²¹ Quando analisamos os diários brasileiros, que versam sobre o tema, é esta a justificativa para o golpe: impedir de novo a Vitória de Haya: Ver, Golpe Militar no peru, *O Estado de São Paulo*, 4 de outubro de 1968, p. 2, 12.

Uma visão, mais consoante a que estamos trabalhando pode ser vista em Contreras, Carlos; Cueto, Marcos (2007). *Historia del Peru Contemporâneo: Desde las luchas por la Independencia hasta el Presente*, Lima: Instituto de Estudios, p. 198.

Os tanques de guerra agora cumpriam outra missão: visitar engenhos açucareiros garantindo que seriam mesmo expropriados. Sempre me surpreendeu a rapidez e a facilidade com que nove milhões de hectares passaram do setor proprietário ao Estado em sete anos (em 1976 a reforma foi paralisada) e sem resistência ativa dos proprietários. Digo sem resistência ativa, porque sempre que possível tentaram parcelar suas propriedades ou descapitalizá-las, retirando delas bens necessários ao seu funcionamento como máquinas e animais de trabalho.²²

Tal facilidade ainda é razão de polêmica no Peru. Para Luiz Gamarra Otero, então presidente da Sociedad Nacional Agrária, entidade que congregava os proprietários de terras, cada um pensou que não seria afetado pelas relações que tinha com militares. Bustamante que tem uma visão extremamente positiva do Velasquismo assim explica:

*Foi um trabalho muito paciente. Primeiro o governo de Velasco pedia declarações juradas aos proprietários sobre o valor da propriedade e o seu tamanho. Os fazendeiros pensando que era só para cobrar impostos “diminuíam” o valor e o tamanho. Quando foi decretada a reforma agrária os fazendeiros eram pagos, de acordo com o que tinham declarado, um escândalo!*²³

Não sabemos se houve este trabalho tão paciente até pela velocidade com que se deu a reforma, mas de fato a decretação rápida, os tanques de guerra na frente de engenhos e a nomeação de militares para as cooperativas, que se estruturavam nas áreas expropriadas, era bastante surpreendente para o setor proprietário.

É importante, contudo levar em conta a observação de Henry Pease Garcia²⁴ no sentido de que naquele momento a oligarquia agrária encontrava-se enfraquecida, pois as principais divisas do Peru eram extraídas da mineração e não da agricultura. Como nos lembra Enrique Mayer entre os objetivos da reforma agrária estavam a expansão do mercado interno para uma indústria, que seria apoiada pelo Estado, o fortalecimento de um campesinato dependente da burocracia civil-militar, que controlaria o processo, além da produção de alimentos para uma Lima em franco crescimento. A Reforma era parte fundamental do novo projeto de nação, pois ao mesmo tempo fazia dos camponeses consumidores dos produtos industriais, fornecedores de alimentos para cidade, além de manterem a tradicional função da agricultura de geradora de divisas no mercado

²² Em depoimento a Enrique Mayer um antigo fazendeiro conta que roubou o gado da fazenda expropriada e como não poderia vendê-lo passou o dinheiro, que apurou para um funcionário de confiança, que simplesmente desapareceu.

²³ Entrevista inédita cedida ao autor em 20/07/2011.

²⁴ García, Hanry Pease (1986). *El Ocaso Del Poder Oligárquico*, Lima: Desco, p. 117.

internacional. Seriam ainda elevados a cidadãos detentores de novos direitos (eram afinal sócios nas novas cooperativas), convertendo-se ainda base de apoio político para o novo regime.²⁵

Se a reação dos proprietários foi de previsível indignação, Qual foi a reação dos trabalhadores? Em dezembro de 1970 a Confederación Campesina Del Peru sob influxo de Patria Roja, uma das muitas cisões maoístas do Partido Comunista realizou o seu III Congresso. Neste momento a Reforma Agrária atingia tanto as áreas costeiras como a Serra. Não era a CCP quem dinamizava as ações dos camponeses, mas federações regionais como as de Piura, e Cajamarca²⁶. Essas federações apoiavam movimentos locais onde se tentava evitar o parcelamento das propriedades por latifundistas e ocupavam as terras para que depois o governo fizesse a expropriação.

O Discurso da CCP liderada por Manuel Llamoca Mitmac, desde 1962 e, que em 1970 contava com lideranças como o advogado Saturnino Paredes e Justiniano Menaya, desqualificava a reforma agrária feita pelo regime militar por ser “terratenente”, já que os proprietários seriam indenizados e os trabalhadores englobados nas cooperativas teriam de pagar por ela. Esta posição já vinha desde os tempos de Belaunde, quando o deputado Antonio Ledesma propusera uma reforma agrária, onde se confiscasse as terras, já que as mesmas ou tinham sido usurpadas às comunidades ou os Yanaconas tinham prestado tantos serviços gratuitos nelas, que já obtinham seu direito às mesmas²⁷. Bustamante em sua rica entrevista recorda: *“Foi aí que saí da CCP. Eu dizia: que preferimos? Receber os canhões do governo no peito ou aceitar a reforma agrária?”*

A posição da CCP de só aceitar a reforma agrária com confisco de terras a isolava cada vez mais das bases de atuação da mesma e tal processo verificou-se até maio de 1973.²⁸ Neste momento realizava-se em Ecash, departamento de Ancash na Serra norte o IV Congresso da Confederación Campesina Del Peru. O encontro acabou frustrado, pois o grupo liderado por Andrés Luna Vargas, (ligado à Vanguardia Revolucionaria, uma tendência trotiskista) dinamizador das ocupações de terras no departamento de Piura, contando no primeiro Momento com o apoio do Secretário-geral deixou o encontro alegando razões de segurança e que muitos ali presentes não representavam bases

²⁵ Mayer, Enrique (2009). Cuentos Feos de la Reforma Agraria, Lima: Instituto de Estudios Peruanos, p.57.

²⁶ Salgado, Carlos Monge (1989b). Op. Cit., p. 54.

²⁷ Salgado, Carlos Monge (1989a). Op. Cit., p. 6 e Mar, José Matos; Mejía José Manuel (1980). Op. Cit., p. 98.

²⁸ Para observarmos estas posições da CCP ver: “Informe Central al III Congreso de La Confederación Campesina Del Peru”. In *Voz Campesina*, n. 1, mar. 1972, p: 3-9. Ver também: “Campesinos no Pagarán por La Tierra! Primera Convención Campesina de Ancash”. In *Voz Campesina*, nov. 1972, p. 6.

camponesas. O Congresso foi realizado passando a entidade ao Controle de Saturnino Paredes e Justiniano Menaya. Este último foi morto poucas semanas depois, o que levou a direção de paredes a criticar duramente os “cobardes que huíran del Congreso” e que teriam posto em risco a vida de Menaya, já que teriam atraído a polícia para a região. Andrés Luna Vargas, em entrevista recente a mim concedida, sustenta que Menaya tentou ocupar uma área de um pequeno proprietário e acabou morto.

Em agosto se realiza uma Assembléia de delegados e em maio de 1974 um Novo IV Congresso em Torre Blanca, departamento de Huaral. Neste Congresso embora fosse reafirmado o caráter terratenente da Reforma Agrária Velasquista, buscava-se reconhecer sua efetividade e reivindicava-se melhores condições de vida para os trabalhadores agora organizados nas cooperativas Agrárias de Produção. Ainda que se mantivesse a retórica revolucionária tentava-se assumir a reforma não como concessão dos militares, mas como fruto da Luta dos camponeses.²⁹

Vale salientar que a partir deste momento três grupos reivindicavam o nome Confederación Campesina Del Peru: o grupo liderado por Andrés Luna Vargas, que ainda mantendo a perspectiva de uma Revolução buscava aproveitar os espaços abertos pela reforma agrária velasquista, o grupo que após a morte de Justiniano Menaya passou a liderança de Saturnino Paredes, que pregava nenhuma forma de negociação e o não pagamento das terras que deveriam ser recuperadas aos proprietários e o grupo de Manuel Llamoca Mitmac do qual ficaram poucos vestígios³⁰.

O grupo de Luna Vargas participaria ativamente nas ocupações de terras de Andahuaylas, departamento de Apurímac onde a reforma agrária “não havia sido feita” entre maio e agosto de 1974, posto que os fazendeiros descapitalizavam as propriedades e influenciavam os funcionários locais da direção de reforma agrária. Conforme Salgado³¹, a federação provincial recebeu apoio da CCP-Luna Vargas embora o governo de Velasco, que nos primeiros tempos incentivava as tomadas de terras voltasse ao velho estilo que combinava repressão de dirigentes e cooptação com a legitimação das ocupações de

²⁹ Essa polêmica entre os grupos atravessaria os anos setenta e oitenta. A versão de Luna Vargas pode ser vista em: *Confederación Campesina Del Peru- IV Congreso Nacional Campesino. Torre Blanca*, CCP 5, 6 e 7 de maio de 1974. Ver também: “Asamblea de delegados de Huaura-Sayam, Confederación Campesina Del Peru, 31 de agosto e 1 de Setembro de 1973”. In: *Voz Campesina*, maio de 1974, p. 12, 27. A visão do grupo liderado por Paredes sobre os acontecimentos de 1973 pode ser vista por exemplo em: “Pomacocha La Auténtica Reforma Agraria”. In: *Voz Campesina*, março de 1975, ano 28, n. 3, p: 6-11.

³⁰ Moreno, Julio Alfaro (1994). *Los Gremios Rurales: - Rol de las Organizaciones rurales em la década de los noventa*, Lima: Fundación Friedrich Hebert, p. 50.

³¹ Salgado, Carlos Monge (1989b). Op. Cit, p. 58 e Salgado, Carlos Monge (1989c). “La Reforma Agraria y El Movimiento Campesino”. In *Debate Agrario*, Lima, CEPES, n. 7, p. 63-84, Jul./Sept, p. 64.

terras. Luna Vargas lembra que chegou-se a assinar uma ata, onde a tomada de terras foi reconhecida, mas pouco depois ele e outros líderes foram presos. Em janeiro de 1975 Vargas e seus companheiros seriam soltos, porém mais tarde seriam deportados, refletindo a tensão dentro do aparelho burocrático.³²

Enquanto isso o grupo de Paredes continuava insistindo em só amparar movimentos, como em Ayacucho onde não se aceitava quaisquer formas de indenização, sublinhando também que a conquista da terra era apenas o primeiro passo para a libertação Nacional.

Se em 1975 a CCP-Luna Vargas realizara seu II Congresso extraordinário em Querecotillo (Piura) afirmando posições no sentido de exigir do governo melhores condições de trabalho para o cooperativado forjando o conceito de Estado-Patrão,³³ teria de enfrentar além de suas divergências internas um novo ator: a Confederación Nacional Agrária (CNA).

Em 1972 a partir do decreto 19400 a ditadura militar reformista buscou institucionalizar a reforma agrária. O decreto regulamentava a organização de comunidades campesinas, mas para os efeitos deste trabalho as medidas mais importantes ligam-se ao fechamento da Sociedade Nacional Agrária (antiga organização dos proprietários) e a criação da Confederación Nacional Agrária, que deveria estruturar-se a partir de organizações em ligas distritais, federações provinciais e departamentais e a confederação nacional.

No sexto aniversário do golpe militar com uma mensagem de Velasco era inaugurado o Congresso de instalação da CNA, simbolicamente no congresso da República. Ao analisarmos o Plano de ação da CNA podemos observar seus objetivos para o período 1974-1976. Buscar incorporar todas as entidades que “ainda” não se tinham integrado à confederação. Obter do Estado uma hora diária na televisão, bem como a propriedade do Jornal El Comercio, (os diários foram expropriados pelo regime em 1974 e deveriam passar a entidades da sociedade civil), e queriam um lugar no ministério de Velasco.

³² Entrevista de Andrés Luna Vargas ao autor, Lima, 16-23 de abril de 2013. *Diário Expreso*, Enero, 15 de 1975; Agosto, 21 1975.

³³ Conforme Salgado, Carlos Monge (1989c). Op. Cit., p: 75, os líderes da CCP desenvolveram o conceito de Estado-Patrão, pois já que as cooperativas Agrárias de Produção e Sociedades Agrícolas de Interesse Social (cooperativas serranas, que tentavam englobar fazendas e comunidades camponesas vizinhas), eram controladas pelo Estado, o cooperativado era na realidade empregado do Estado e tinha, com ele as mesmas contradições que sustentara contra os terratenentes antigos.

Em troca a CNA oferecia ao Estado a possibilidade de disciplinar a mão-de-obra. “é preciso a partir da capacitação, convencer aos camponeses que devem trabalhar oito horas por dia. Do contrário o inimigo terratenente afirmará que o campesino não tem condições de trabalhar a terra”.³⁴

Enquanto a CCP dividida encontrava um importante concorrente no mercado da representação dos camponeses, mudanças significativas aconteciam na macropolítica peruana. A alta dos juros internacionais aumentava a dívida externa, e dentro do governo militar existiam duas tendências: uma que sustentava o aprofundamento da Revolução na direção de alguma espécie de socialismo peruano e outra que defendia a restauração do padrão capitalista. A segunda levaria a palma: em agosto de 1975 um doente Juan Velasco Alvarado era deposto por um golpe militar. Seu ministro da Economia general Francisco Morales Bermúdez assume o poder, prometendo aprofundar a Revolução.

Se o ano seguinte foi aquele no qual se ampliava a distribuição de terras³⁵ e a CCP-Luna Vargas desencadeava ocupações de terras em Anta de Pampa (Ayacucho) as relações CNA-governo não corriam em água-de-rosas.

Luiz Maylle presidente enviava em setembro em nome da junta diretiva uma queixosa carta a Morales Bermúdez. Nela afirmava que não se falava mais em socialismo, o jornal El Comercio não fora entregue ainda à entidade e pior ainda, vários líderes da CNA, eram presos e rigorosamente vigiados.

“Em nossas bases se diz que a revolução terminou” e chamava a atenção para o crescimento de forças como o Apra e o partido comunista.³⁶

Se as mudanças no governo militar deixavam perplexos os dirigentes da casa de Avenida Miró Quezada, já que tinham apostado suas fichas no caráter socialista e humanista da Revolução peruana, os da CCP ficavam como peixes dentro d'água. Quando em 1977 o governo anunciou o fim da Revolução, através do Plan tupac Amarú, onde se previa cortes de gastos, liberalização na economia e retorno ao sistema eleitoral, o grupo de Luna Vargas lançou-se a articular a greve geral, que afinal eclodiu em julho daquele ano. A greve atingiria por exemplo, a Cooperativa de Tumán, onde cinco dirigentes foram expulsos pela intervenção militar e readmitidos face à mobilização dos

³⁴ Ver Plan de Acción de CNA, 1974-1976, Extrato Del Congreso de Instalación de La CNA, Lima, 1974, p. 6.

³⁵ Mar, José Matos; Mejía José Manuel (1980). Op. Cit.

³⁶ Consejo Nacional y Junta directiva Nacional de Confederación Nacional Agrária. Opinión Del Campesino Sobre La Situación actual Del País y Del Setor, que se hace llegar AL Señor Presidente de La República. CNA, Lima, 3 de setembro de 1976, p. 4.

camponeses do departamento de Cañete,³⁷ e continuaria participando de nova greve geral que ocorreria em 1978.

A partir deste momento a CNA também se uniria aos protestos. A situação do camponês nas áreas reformadas agravava-se, pois além de faltar o crédito fundiário chegara a hora de pagar a dívida. Mas como pagar a dívida? Ainda Bustamante nos fala de problemas na administração de cooperativas e as mesmas tinham poucos recursos. A mentalidade de muitos camponeses estava mais ligada à noção de luta contra os patrões, mas não de realizara a administração.

Para a CNA a participação na greve geral de 1978 teria conseqüências importantes: em maio a entidade era declarada ilegal e os tanques cumpririam outra missão, mais tradicional na história do Peru e da América Latina: cercar a entidade, que fora criada para congregar os beneficiários da reforma agrária. Seus bens passariam para a Organización Nacional Agrária, entidade, que reunia comitês de produtores, tanto médios como terratenentes, que de algum modo sobreviveram a Reforma.

Assim mesmo a CNA conseguiu apoiar candidatos à Assembléia Constituinte e ver eleito Avelino Mar. Enquanto o grupo de Paredes afirmava que *“Com Constituinte ou sem constituinte a situação do povo será a mesma”*³⁸ o grupo de Luna Vargas vê o histórico líder Hugo Blanco, que fora protagonista nas ocupações de terras de La Convención em 1962 e que passara vários anos na prisão e no exílio, ser eleito deputado, liderando uma pequena bancada campesina..

Ao final da Assembléia a Reforma Agrária implantada pelo regime velasquista ficava preservada, embora em seu Segundo Congresso os dirigentes da CNA ainda buscassem aprofundá-la, recordando que ainda havia dois milhões de hectares para adjudicar. De todo modo a terra, principal bandeira dos anos sessenta estava assegurada. As comunidades campesinas anteriormente chamadas indígenas tinham os seus famosos três direitos básicos: As terras eram inalienáveis, imprescritíveis e inembargáveis.³⁹ É certo que no primeiro aspecto dois terços dos membros de uma comunidade em assembleia, poderiam determinar a venda da terra, mas naquele momento, onde ainda se ocupava terras, isso não parecia uma possibilidade, já que os camponeses mostravam

³⁷ Vargas, Andrés Luna (1977). *Informe del Secretario-General a Asamblea de Delegados de La CCP*, CCP, Lima.

³⁸ Ver: Editorial Elecciones para Constituyente. In *Voz Campesina*, Agosto de 1978, p. 2.

³⁹ Não poderiam ser vendidas, seriam perpétuas e não seriam sequestradas pela justiça.

um apego muito grande à comunidade. Mas se a terra estava, em princípio assegurada, o panorama mudaria rapidamente.

Nas eleições de 1980 o mesmo Fernando Belaunde Terry ejetado do palácio voltava pela via democrática. A esquerda não conseguiu constituir uma frente ampla e Hugo Blanco foi apenas mais um dos candidatos à Presidência da República.

O país vivia uma crise econômica acutizada pela nova alta internacional dos juros e vôo dos níveis da dívida externa. Além do mais um fator não previsto conturbaria o processo: uma nova cisão maoísta, em princípio pequena decidira no dia das Eleições “Iniciar La Lucha Armada”⁴⁰. O Partido Comunista Del Peru por El Sendero Luminoso de José Carlos Mariátegui,⁴¹ ou mais simplesmente Sendero Luminoso, começaria sua atuação queimando urnas em Chuschi um povoado de Ayacucho. Logo ficaria planetariamente conhecido.

Os movimentos campestinos agora tinham um quadro diferente para atuar: conquistada em parte a Terra, agora precisavam definir o que fazer com ela.

3 - Depois da reforma agrária, que fazer?

Encerrado o período da ditadura militar o campesinato peruano vivia uma situação distinta daquela, que existia no momento em que se iniciara o ciclo reformista. Nenhuma organização hegemonzava plenamente o movimento. O grupo de Luna Vargas acabaria vencendo a concorrência contra Paredes e sendo nacionalmente reconhecido como a CCP. A CNA parecia que iria desaparecer como mostravam os informes a seu III Congresso em 1982, já que com sua ilegalização muitas ligas e federações estavam se desfilhando no fim dos anos setenta.⁴²

No mesmo informe criticava-se veladamente a CCP por tentar capturar bases da CNA. Esta memória ainda está presente na fala de Bustamante: “*Queriam a Unidade, desde que a CNA deixasse de existir.*” Luna Vargas nos lembra que no congresso realizado em Cuzco em 1978 buscou-se unificar as duas centrais CCP e CNA, numa

⁴⁰ Gorrite, Gustavo (2008). *Sendero: Historia de la Guerra Milenaria*, Lima: IEP, p. 62.

⁴¹ José Carlos Mariátegui intelectual peruano morto em 1930 foi apropriado por todas as tendências de esquerda no Peru, inclusive a Velasquista.

⁴² Ver: Quispe, Luiz Arriaga (1982). *Informe Del Secretario-General AL III Congreso de La Confederación Nacional A graria*, Santa Rosa de Ocopa, 21 a 24 de juño.

central nacional. Avelino Mar, dirigente assinou a unificação, mas perdeu as eleições no segundo congresso da CNA realizado em 1979.

Neste mesmo sentido criticava-se a criação pela Confederación General de Trabajadores Del Peru, (CGTP) da Confederación General de Campesinos Del Peru vinculada ao Partido Comunista peruano e a tentativa do Apra de ressuscitar “su fantasmal Fencap”.

O setor médio e mesmo grande como vimos articulou-se na ONA e em entidades de produtores por ramos como arroz, chá e café.

Se observarmos as demandas dos delegados ao VI Congresso da CCP e as propostas do III Congresso da CNA ambos realizados em 1982 veremos pontos de convergência. A questão das ações repressivas do Estado no combate ao Sendero Luminoso, que normalmente atingiam líderes campesinos, as ações de ex-terratenedores procurando retomar as terras, mas ganha cada vez mais corpo a reivindicação de apoio do Estado ao pequeno produtor, com crédito subsidiado e preços mínimos.

CCP e CNA se juntariam em 1981 na Frente Unitária de Defesa do ‘ Nacional (Fudan), onde um líder da CNA dizia sem ser contestado: *“Antes havia crédito porque a terra era dos grandes proprietários, agora não há mais crédito”*.⁴³ De fato a situação do camponês tornava-se mais difícil. Em áreas como Puno a seca e a pressão sobre a terra tornavam as condições dos camponeses cada vez mais complexas. As comunidades buscariam, e afinal, obteriam as terras de empresas associativas, onde pouco se cultivava⁴⁴. Na Costa as cooperativas sem crédito sofreriam um golpe definitivo. O Decreto legislativo no. 2 de Desenvolvimento Agrário abriu o caminho para o parcelamento das terras das cooperativas em lotes individuais, enquanto abria a selva para grandes projetos de exploração agrária.⁴⁵ A CNA, herdeira direta do velasquismo não aceitava nenhuma das duas alternativas. Tanto porque seus dirigentes viam na Selva Amazônica um caminho para reduzir a pressão sobre a terra, como porque percebiam o parcelamento como o caminho mais rápido para a reconcentração das terras em mãos de antigos ou novos terratenentes. Também as duas alas da CCP procuravam convencer

⁴³ Em relação ao encontro de junho de 1981 CF: Respuesta Unitária Al Gobierno Accio-PPCista. In *Voz Campesina*, Julho de 1981, p. 4.

⁴⁴ Rémiq, José Luiz (2004). Op. Cit., p. 345.

⁴⁵ Neste momento cria-se a asociación indígena para El desarrollo de Selva Peruana. A presença das petroleiras e madeiras estrangeiras, teriam importantes desdobramentos no início do século XXI, culminando num sangrento confronto na cidade de Bágua, departamento do Amazonas. Ver: (Calejas; Valverde, 2011, p. 25, 135).

suas bases a rejeitar o parcelamento das propriedades cooperativas, utilizando os mesmos argumentos.⁴⁶ Mas como impedir a divisão das áreas se o camponês não tinha crédito. Mesmo com as limitações da lei as cooperativas foram-se desmilinguindo e o temor dos novos proprietários era a anulação do parcelamento. Afinal sem crédito, sem apoio, entendendo muitas vezes que outros não queriam trabalhar, antes que cada um cuidasse de sua parcela⁴⁷. Quando em 1985 os principais candidatos à presidência do país Alán García (Apra) E Alfonso Barrantes (Izquierda Unida) assinaram programas das duas confederações, onde as mesmas reivindicavam a correção dos parcelamentos ilegais, a reação não se fez esperar. Com o auxílio de dirigentes da Ona formou-se a Asociación Nacional de Parcelarios (Anapa). Com alto grau de mobilização conforme nos lembram⁴⁸ a entidade reivindicava e em boa medida obteve o reconhecimento do Estado do fato consumado.

Inicialmente resistentes a ANAPA as lideranças da CNA e da CCP logo perceberiam, como recordam⁴⁹ não defendia posturas tão pró-mercado como aparentemente parecia. Seus objetivos eram garantir a terra conquistada durante a Reforma Agrária, mas não um retorno ao sistema de grandes propriedades. O discurso era fundamentalmente calcado na noção de um pequeno proprietário, individualista, mas que não necessariamente queria resgatar o status quo anterior ao velasquismo.

Enquanto a situação das cooperativas costeiras e das comunidades serranas se deteriorava os camponeses unir-se-iam em 1983 no Conselho Unitário Nacional Agrário (Cuna) onde se buscou articular demandas de camponeses (CCP-CNA) com demandas de gêmios empresariais (Ona). Logo as tensões explodiam, pois líderes campesinos acusavam os da ONA de capitalistas e estes retrucavam taxando os primeiros de ideológicos. O Cuna não se dissolveu, mas os grupos empresariais foram para a

⁴⁶ Ver: Quispe, Luiz Ariaga (1982). Op. Cit., p. 3. Quanto a posição da CCP ver para o grupo de Luna Vargas: Posición de La CCP Frente A La ley de Promoción u Desarrollo AAgrario, Lima, CCP, 1981, p. 12-13. Quanto à Postura do Grupo de Paredes CF: Frenta a La Parcelación de Cooperativas. Voz Campeina, Número 2, Febrero de 1982, p. 6.

⁴⁷ De La Gala, Ángel Fernandez (1985). "La reforma agraria no fracasa, tampoco los campesinos, lo único que fracasa es la cooperativa". In Eguren, Fernando (Org.) (1985). *Las Parcelaciones Agrárias de lãs coperativas agrárias Del Peru*, Chiclayo: Solidaridad, p. 235.

⁴⁸ Figalo, Flávio; Vega, Juan F (1988). "Anapa: que clase de gremio y gremio de que clase".In: *Debate Agrário*, Lima, Cepes, n. 2, p. 51-68, abr./jun, p. 52.

⁴⁹ Figalo, Flávio; Vega, Juan F (1988). Op. Cit. e Salgado, Carlos Monge (1989b). Op. Cit.

Confederación de Empresários Privados (Confiep), enquanto os do Cuna agregavam-se a Assembléia Nacional popular (ANP).⁵⁰

Em 1985 realizavam-se novas eleições e Alán García tornara-se presidente. Neste momento promove o Rimanakuy, o diálogo com presidentes de comunidades. Oferece tratores, mas a situação do campesino continuava-se agravando. Além da falta de crédito, a inflação que disparava havia ainda a Importação de alimentos limitando o Mercado Consumidor. "*Primero és El Agro después La Dívida*" bradava o slogan do VI Conselho nacional da Confederación Campesina realizado em 1985, onde se pedia ao novo governo prioridade para a agricultura e apoio ao desenvolvimento rural e não pagamento da dívida externa, bandeira, que (não custa lembrar) mobilizava corações e mentes em todo continente na década de 1980.

Entretanto outro problema atraía a atenção de dirigentes camponeses; a violência exercitada por, e movida contra, Sendero Luminoso.⁵¹ A organização liderada pelo professor de Filosofia Abimael Gusmán escolhera, à maneira maoísta o meio agrário como ponto de partida de suas operações. Líderes camponeses eram assassinados caso não colaborassem. Estes mesmos líderes camponeses estavam na mira dos serviços de inteligência e dos grupos paramilitares acusados de terrorismo.⁵²

Chama a atenção o fato de que no VI Conselho Nacional os dirigentes da CCP embora reconhecessem o Ultraesquerdismo do Sendero deixassem a maior parte de suas acusações para os grupos paramilitares e o Estado. Denunciavam inclusive o assassinato de Jesus Chompa, da CNA, e normalmente atribuíam os assassinatos a grupos paramilitares. Com larga tradição de esquerda era difícil para as lideranças camponesas criticar mais duramente uma entidade, que mal ou bem, mostrava um discurso revolucionário, ainda que neste momento dirigentes como o recém-eleito senador Andrés Luna Vargas, considerassem seu caminho equivocado.⁵³ Em nossas recentes entrevistas

⁵⁰ Salgado, Carlos Monge (1989b). Op. Cit., p. 61.

⁵¹ Não é nosso objetivo uma discussão específica sobre o Sendero Luminoso neste trabalho. Pode-se observar para uma avaliação mais aprofundada: Degregore, Carlos Ivan (2011). *Que Difícil és ser Dios*, Lima, IEP.

⁵² Esta situação era vivenciada por diversas comunidades camponesas. Degregore lembra que em Humaro, comunidade da província de Huanta, departamento de Ayacucho, os camponeses eram instigados pelo Sendero a passar para a Serra, e pelo exército a ficar no povoado. Quem ficava era morto pelo Sendero, acusado de traidor e quem subia, era exterminado pelos militares acusado de terrorista. O resultado foi a desagregação da comunidade, que teria em 1985 mais mortos que sobreviventes. Degregore, Carlos Ivan (1996). *Rondas Campesinas y Derrota de Sendero*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos, p. 23.

⁵³ Jorge Prado, secretário-geral da CCP até o início de 2013, Secretário-geral da CCP nasceu no departamento de Ayacucho e precisou deslocar-se para Lima. Fora aluno de Gusmán e estava portanto sob

Luna Vargas ainda conserva esta tensão em sua fala. De um lado reconhece que a estratégia senderista era fadada ao fracasso. *“Chegavam em um lugar e matavam os ladrões de gado, os estupradores. O povo gostava. Mas logo os senderistas proibiam o camponês de semear mais do que o suficiente para manter a comunidade. Isso é como decretar: “amanhã o sol não sai”.* A reação não se fez esperar. As rondas campesinas, espécies de milícias populares, que se formaram originalmente contra os grupos de bandoleiros que roubavam gado, começaram a se voltar contra o Sendero com ou sem apoio do exército. Andrés recorda: *“Eu era senador e tenho uma carta de uma comunidade campesina, onde eles dizem: “vamos semear à noite, à luz da lua. As balas acabam, mas as pedras não”.* E eles expulsaram o Sendero da comunidade.⁵⁴

Na segunda metade dos anos oitenta além das dificuldades do setor agrário o dirigente de entidade de base campesina tinha que estar bem preparado para defender a vida ameaçada dos dois lados naquilo que Hannah Arendt tão bem definiu como a idéia de processo, ou seja, que importa se milhares morreriam, se afinal a revolução triunfaria ou o terrorismo seria esmagado conforme a perspectiva.

As reivindicações deixavam o terreno da luta pela terra. Agora tanto CCP como CNA e mesmo a ANAPA⁵⁵ reclamavam o acesso à água, mas principalmente a obtenção de mercados, crédito subsidiado, preços mínimos para sua produção.⁵⁶ O autor observa que existia uma contradição, pois se era pedido crédito subsidiado e preço mínimo ao mesmo tempo como o Estado atenderia? Vale salientar que este Estado ao qual tanto se reivindicava vive a década perdida como os economistas chamam a década de 1980 e com o agravante de enfrentar ao Sendero e ao menos expressivo Movimento Revolucionário Tupac Amará.

Ainda Salgado nos recorda que uma reivindicação desapareceu das pautas camponesas. A do acesso à terra e principalmente condições de trabalho para os chamados eventuais. Ou seja, os trabalhadores que atuavam temporária ou permanentemente nas cooperativas, nas zonas parceladas, nos minifúndios não tinham

o olhar dos dois lados. Marcelino Bustamante teve sua casa no departamento de Ancash dinamitada. Não sabe se foram senderistas ou a extrema-direita, mas se inclina a acreditar que foi esta última. Sobre a posição da CCP em relação ao conflito interno peruano ver: Vargas, Andrés Luna (1985). *Informe Del Secretario-General AL VI Consejo Nacional de La Confederación Campesina Del Peru*. CCP, Lima, p. 22-24.

⁵⁴ Entrevista de Luna Vargas ao autor, Lima, 23 de abril de 2013.

⁵⁵ Não estranhe o leitor não ter lido nada sobre a Confederación General de Campesinos Del Peru, simplesmente não encontro vestígios de sua existência durante os anos oitenta.

⁵⁶ Salgado, Carlos Monge (1989a). Op. Cit., p. 47; Salgado, Carlos Monge (1989b). Op. Cit., p. 65. e Salgado, Carlos Monge (1989c). Op. Cit., p. 9.

mais a quem recorrer. O autor escrevendo no calor da hora, chama a atenção para o risco de que o Senderismo conseguisse absorver esta massa, que não tinha quem a representasse.

No fim dos anos oitenta um campesinato dividido, mas organizado nacionalmente levava suas reivindicações: terra para a região de Puno, água para zonas onde a irrigação se fazia necessária, bem como o desenvolvimento tecnológico, mas principalmente crédito e mercados garantidos além de preços mínimos.⁵⁷

As mudanças na conjuntura nacional e internacional afetariam os movimentos camponeses peruanos na virada para a década de 1990. Internacionalmente a derrubada do Muro de Berlim e dos regimes ditatoriais do Leste europeu, além da crescente presença de propostas neoliberais, que a parceria Ronald Reagan e Margareth Thatcher representava desacreditavam rapidamente as propostas socialistas associadas mecanicamente a autoritarismo, repressão e corrupção, como se estes fatores só estivessem presentes nestes modelos. Internamente a campanha iniciada em 1987 pelo conhecido romancista Mário Vargas Lloza contra a proposição de Alán García de estatizar os bancos catalisou as forças de direita. Além da ineficiência, corrupção, gastos públicos exagerados e hiperinflação as propostas socializantes, que o movimento camponês popular encampava eram agora associadas ao terrorismo senderista. Além do mais a esquerda Unida se dividiu e o quadro das eleições de 1990 apareceu pulverizado. Dois candidatos neoliberais disputaram o segundo turno: Vargas Lloza perdeu para o desconhecido engenheiro agrônomo Alberto Fugimori.

O fugichoque significou cortes draconianos nos gastos públicos. Com o discurso de combate a Inflação o governo cortou todo apoio a organizações camponesas. Que cada um fizesse o que conseguisse da terra conquistada na reforma Agrária. Em 1993 a nova Constituição, imposta depois do golpe de cinco de abril decretado pelo presidente, permitia a venda das terras das comunidades a partir do voto de metade mais um dos membros assistentes a uma assembléia e facilitava ainda mais a desagregação das cooperativas que restavam. Os sócios se tornavam acionistas e, logo a cooperativa açucareira, símbolo do velasquismo se desmontava.

⁵⁷ Uma boa demonstração destas reivindicações é a exposição, que Felipe Huamán, faz ante o Centro de Altos Estudos Militares em 1988. Nela o dirigente recorda que o país precisava com urgência tornar mais áreas de terras utilizáveis, pois só quatro por cento das mesmas encontravam-se em condições de cultivo. Huamán, Felipe (1988). *Exposición en El Centro de Altos Estudios Militares (Caem)*, Lima, CNA, p. 4.

CCP, CNA e CGCP, ainda tentaram organizar a casa campesina, a fim de tornarem-se prestadoras de serviços,⁵⁸ mas como me lembra Bustamante “o irmão camponês não entendia que tínhamos de pagar as ONGs que nos apoiavam. Assim cedíamos tratores ou fertilizantes e não recebíamos por eles”.

Com a derrota do Sendero, a partir da prisão de Gusmán, com a inflação baixa, com Fugimori obtendo maioria na Assembléia Constituinte, convocada por ele, depois de um golpe de Estado, onde o congresso foi dissolvido, e finalmente com a nova Constituição aprovada permitindo a reeleição, parecia que a história do movimento camponês, pelo menos de uma perspectiva de defender mudanças na estrutura agrária estava enserrada. Parecia...

À maneira de conclusão

Os movimentos campesinos do Peru desenvolveram ao longo das últimas décadas distintas estratégias de luta em diferentes contextos. Nos anos cinquenta e sessenta eram as ocupações de terra e as greves, além das “marchas de sacrifício”, que mobilizavam na luta por reforma agrária e por melhores condições de trabalho. Neste momento Fencap e CCP tentavam centralizar o movimento, mas a luta se dava muito mais ao nível local e regional.

Durante a ditadura militar o espaço que dirigentes da CCP não quiseram aproveitar acabou ocupado por bases locais e regionais e os beneficiários da Reforma engajaram-se em parte na CNA. Neste momento as demandas ainda eram por terra e contra a violência dos gamonales (terratenentes) ou mesmo do Estado. Nos anos oitenta CNA e CCP se aproximam. O objetivo de líderes como Luna Vargas ainda em 1985 era criar uma central única no campo, mas não foi alcançado. Agora a terra perdia a dimensão mais importante substituída pelo crédito, por acesso a mercados apoio técnico e a questão da violência. Violência que atingiu o campo de lado a lado com a ação do Sendero, dos paramilitares e do Estado. A CCP tentava organizar Rondas Campesinas, espécie de milícia popular, que fora criada originalmente para combater roubo de gado (Iokoi, 1996, P: 198), mas que em

⁵⁸ Moreno, Julio Alfaro (1994). *Los Gremios Rurales: Rol de las Organizaciones rurales em la década de los noventa*, Lima: Fundación Friedrich Hebert, p. 65.

áreas como o departamento de Cajamarca e mesmo Ayacucho, berço senderista, seriam essenciais no combate ao Sendero.

A ascensão de Fugimori significou o triunfo no Peru de idéias chamadas neoliberais: mínima intervenção do Estado na Economia, privatização, cortes de gastos públicos, demissões.

A reeleição de Fugimori em 1995 parecia significar a vitória final do neoliberalismo. Contudo as violações de direitos humanos que o governo praticava em nome do combate ao Sendero e Tupac Amarú podem ter aglutinado os setores opositoristas. A CCP estava de novo na virada do milênio na coalizão, que em 2001, apeou Fugimori do poder.

Durante os primeiros anos do Novo Século, vejo tanto a CCP como a CNA com pontos convergentes. Luta contra os transgênicos, contra a “estrangeirização”, onde as terras se reconcentram agora em mãos de transnacionais, apoiando a agricultura sustentavam e prestando solidariedade aos Amazônicos, que em Bágua em 2009 travaram uma luta épica contra as concessões de suas terras a empresas petroleiras. Se nos anos 1960 as comunidades buscavam recuperar terras perdidas no Departamento do Amazonas, a luta é pela conservação da terra. Em 2007 o governo do novamente presidente Alán García buscou entregar terras das comunidades amazônicas, que não vinham sendo tituladas a conglomerados de petroleiras, mineradoras e madeireiras. A reação não se fez esperar e houve vários movimentos de ocupação de estradas, culminando com um choque em cinco de junho de 2009, onde 24 policiais e um número não determinado de camponeses morreram em combate. Pouco depois alguns dos decretos, que facilitavam a entrega das terras foram suspensos.

Além disso, as bases atuam em lutas contra a presença das mineradoras, onde o histórico líder Hugo Blanco, continua desempenhando papel nestas organizações, e em defesa da água.

Sem formar uma Central única parecem estar conseguindo conformar uma aliança. Keiko Fugimori, não foi à CNA, mas Ollanta Humala lá esteve para pedir seu apoio. Aida García Naranjo, antigo membro do Conselho Nacional da CCP participou, nos primeiros meses do governo Humala, como ministra para as mulheres, e Luna Vargas é assessor do Ministério da Agricultura. Como vimos no início deste artigo, este presidente vem reivindicando a herança nacionalista.

Se nos anos sessenta a luta se travava pela terra, nas primeiras décadas do século XXI a luta se trava contra o que se convencionou chamar, neoliberalismo. Luta contra o

neoliberalismo significa luta a favor de mercado para o camponês, contra os transgênicos, contra a mineração e contra a reconcentração da terra, que agora ameaça não só as áreas onde houve a reforma agrária, como a Amazônia de povos indígenas, que não fora tocada por ela. Deste modo a luta contra o neoliberalismo é também uma continuação da luta pela terra.

Referências

Burenios, Charlotte (2001). *Huando: Testemoño de um fracaso. Habla el sindicalista Zózimo Torres*, Lima: IEP.

Colombo, Silvia; Soares, Gabriela Pelegrino (1999). *Reforma Liberal e Lutas Camponesas na América Latina: Peru e México nas últimas décadas do Século XIX e Princípios do Século XX*, São Paulo: Humanitas.

Contreras, Carlos; Cueto, Marcos (2007). *Historia del Peru Contemporâneo: Desde las luchas por la Independencia hasta el Presente*, Lima: Instituto de Estudios.

Cotler, Julio (2006). *Peru: Estado, Classe e Nação*, Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.

Degregore, Carlos Ivan (1996). *Rondas Campesinas y Derrota de Sendero*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos.

De La Gala, Ángel Fernandez (1985). "La reforma agraria no fracasa, tampoco los campesinos, lo único que fracasa es la cooperativa". In Eguren, Fernando (Org.) (1985). *Las Parcelaciones Agrárias de lãs coperativas agrárias Del Peru*, Chiclayo: Solidaridad.

Figalo, Flávio; Vega, Juan F (1988). "Anapa: que clase de gremio y gremio de que clase". In: *Debate Agrário*, Lima, Cepes, n. 2, p: 51-68, abr./jun.

Huamán, Felipe (1988). *Exposición en El Centro de Altos Estudios Militares (Caem)*, Lima, CNA.

García, Hanry Pease (1986). *El Ocaso Del Poder Oligárquico*, Lima: Desco.

Gómez Calleja, Carmen; Manacés Valverde, Jesús (2010). *Informe em Minoría de la Comisión para Investigar y Analisar lós Sucesos de Bagua. Lima, Cámara de Diputados, abril*. Disponível em: < <http://informebagua-enminoria.blogspot.com.br/> >. Acesso em: 21 jun. 2013.

Gorrite, Gustavo (2008). *Sendero: Historia de la Guerra Milenaria*, Lima: IEP.

Iokoi, Zilda Márcia Gricoli (1996). *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo (Brasil e Peru: 1964-1986)*, São Paulo, Hucitec.

Mar, José Matos; Mejía José Manuel (1980). *La Reforma Agrária em El Peru*, Lima: Instituto de Estudios Peruanos.

Mayer, Enrique (2009). *Cuentos Feos de la Reforma Agraria*, Lima: Instituto de Estudios Peruanos.

Medrano, Eduardo Toche (2008). *Guerra Y Democracia. Los Militares Peruanos y La Construcción Nacional*, Lima: Desço-clacso.

Moreno, Julio Alfaro (1994). *Los Gremios Rurales: - Rol de las Organizaciones rurales em la década de los noventa*, Lima: Fundación Friedrich Hebert.

Pecequilo, Cristina Soriano (2003). *A Política Externa dos Estados Unidos*, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Rémique, José Luiz (2004). *La Batalla Por Puno: Conflicto y Nación em los Andes Peruanos*, Lima, Cepes-Sur.

Salgado, Carlos Monge (1989a). *Agremiación em El Campo Peruano. La Historia de La Confederación Campesina*, Lima: Latino-American Studies Association.

_____ (1989b). "Las Demandas de los Grêmios Campesinos em los 80". In *Revista Debate Agrario*, Lima, Cepes, n. 5, p: 41-60, jan./mar.

_____ (1989c). "La Reforma Agrária y El Movimiento Campelino". In *Debate Agrário*, Lima, CEPES, n. 7, p: 63-84, Jul./Sept..

Silva, José Gomes da (1971). *A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento*, Rio de Janeiro: ZAAR.

Vargas, Andrés Luna (1977). *Informe del Secretario-General a Assembleia de Delegados de La CCP*, CCP, Lima.

_____ (1985). *Informe Del Secretario-General AL VI Consejo Nacional de La Confederación Campesina Del Peru*. CCP, Lima.

Recebido para publicação em 04 de maio de 2013.

Aprovado para publicação em 05 de agosto de 2013.